

Termo de Descentralização Orçamentária n.º 01/2016

Visto em 24/30/2016

THIAGO MURILO NÓBREGA GALVÃO

Procurador Federal

Procurador-Chefe da Procuradoria Federal

junto ao IFRN

TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N.º 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN, NA FORMA ABAIXO ESPECIFICADA.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, com sede à Av. Senador Salgado Filho, 1559, Tirol – Natal-RN, inscrita no CNPJ 10.877.412/0001-68, doravante denominada IFRN, neste ato representado por seu Reitor, Professor **WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA**, residente e domiciliado nesta Capital, CPF 393.775.204-87 e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, Autarquia de Regime Especial, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Campus Universitário – Lagoa Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.365.710/0001-83, doravante denominada UFRN, neste ato representada por sua Reitora, Professora **ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ**, brasileira, casada, RG nº. 187.914 – SSP/RN, CPF nº 074.596.964-04, residente e domiciliada em Natal/RN, no uso das suas atribuições que lhe confere o Estatuto da UFRN, acordam em celebrar o presente instrumento de Execução Descentralizada, ao qual se aplicam as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, no que couber, bem como do Decreto nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986, da Resolução nº 01/2001 do Conselho Nacional de Educação, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle, da Resolução nº 197/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFRN), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Descentralização Orçamentária tem por objeto a parceria entre a UFRN, através do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), e o IFRN, objetivando a qualificação de até 12 (doze) servidores do IFRN, selecionados através de Processo Seletivo, por este Curso de Pós-Graduação *STRICTO SENSU*, em nível de Mestrado, de acordo com o Projeto do Curso aprovado nos termos da Resolução n.º 074/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, de 04/05/2010 e recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na 124ª Reunião do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior – CTC-ES, conforme legislação em vigor que rege o funcionamento dos cursos de pós-graduação *STRICTO SENSU* em âmbito nacional e no âmbito da UFRN; Lei n.º 9.394 – LDB, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Resolução 197/2013-CONSEPE que dispõe sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da UFRN; Regimento do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ADITAMENTOS

Para a perfeita execução das ações conjuntas a serem desenvolvidas, as partes comprometem-se a elaborar as diretrizes a seguir, podendo haver aditamentos específicos ao presente Termo caso necessário seja.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INSTALAÇÕES E DOS RECURSOS HUMANOS

Para disciplinar as ações integradas a serem desenvolvidas, as partes comprometem-se a colocar à disposição das atividades ao abrigo deste Termo de Descentralização Orçamentária suas instalações físicas e recursos humanos de seus quadros de pessoal, sem prejuízo do desenvolvimento de suas atividades normais nos órgãos de origem e sem alteração dos seus vínculos empregatícios, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO STRICTO SENSU

Para viabilizar a execução do objeto do presente instrumento, o IFRN transferirá para a UFRN, por meio de descentralização de crédito orçamentário no elemento de despesa (33.90.30 Material de consumo, 33.90.36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 33.90.33 Passagens e Despesa com Deslocamentos, 33.90.14 Diárias, 33.91.47 Encargos), recursos financeiros previstos no Plano de Trabalho, no valor de **R\$ 345.600,00** (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais), integralizados no período de 2017 a 2020, na forma disposta no Cronograma de Desembolso, mediante depósito na Conta Única da UFRN. O valor devido supramencionado será executado integralmente caso todas as doze vagas destinadas sejam preenchidas durante a vigência do Termo de Descentralização Orçamentária e, caso contrário, será executado de forma proporcional com base nas vagas efetivamente preenchidas. A UFRN se obriga a promover prestação de contas da utilização dos recursos descentralizados **na sua prestação de contas anual global, que será apresentada ao órgão de controle externo, conforme preceitos legais**, a fim de comprovar a aplicação do recurso financeiro repassado em conformidade com os termos referidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

Para a execução do objeto previsto neste instrumento, cabem aos participantes as seguintes obrigações:

- I – Obrigações do PPGP/CCSA/UFRN
 - a. Realizar o processo de seleção dos alunos do curso;
 - b. Ofertar um total de 12 (doze) vagas específicas para o IFRN, nos processos seletivos a serem realizados em 2016, 2017, 2018 e 2019 nos quais as vagas serão destinadas aos servidores do quadro permanente do IFRN.
 - c. Estabelecer calendário escolar, bem como o cronograma de execução do Curso;
 - d. Providenciar a disponibilidade de salas de aulas e laboratórios para as aulas práticas, incluindo equipamentos e utensílios;
 - e. Orientar os trabalhos finais a serem desenvolvidos pelos alunos, conforme o regulamento do Curso e a Portaria MEC n.º 17, de 28/12/2009;
 - f. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento escolar do aluno, bem como encaminhar a solicitação de expedição de diplomas e certificados de conclusão de curso à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, de acordo com o que dispõe a legislação vigente;
 - g. Efetuar os registros acadêmicos necessários ao funcionamento do Curso, na forma estabelecida pela legislação vigente;
 - h. Disponibilizar as vagas exclusivas do IFRN porventura remanescentes nos editais de seleção para o processo seletivo do ano seguinte, sem custos adicionais, caso as vagas não tenham sido preenchidas.
 - i. Realizar prestação de contas anuais global, que será apresentada ao órgão de controle externo, conforme preceitos legais, pela Pró-reitoria de Administração da UFRN e

coordenação do PPGP/UFRN, a partir das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, no item Cronograma de Execução, e o Plano de aplicação dos recursos.

II – Obrigações do IFRN

- a. Responsabilizar-se pela promoção e divulgação do Curso;
- b. Transferir à UFRN, por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, os recursos financeiros necessários à execução deste Termo de Descentralização Orçamentária, consoante Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS

A atuação e/ou utilização de pessoal da UFRN necessário à execução do objeto deste Instrumento não configurará vínculo empregatício e nem funcional com o IFRN, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista, previdenciária ou outra de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

O direito de propriedade dos Convenentes sobre o resultado das pesquisas e trabalhos desenvolvidos, em como a exploração de seus resultados, patenteáveis ou não, no âmbito do presente Termo de Descentralização Orçamentária, deverá ser obrigatoriamente disciplinado através de entendimento entre as partes e de acordo com o que dispõe a legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Termo de Descentralização Orçamentária, será obrigatoriamente destacada a participação da UFRN e do IFRN.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Fica vedado aos partícipes utilizar, nas atividades resultantes deste Termo de Descentralização Orçamentária nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Este Termo de Descentralização Orçamentária poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alterações objetivando modificar as situações criadas, desde que razões de natureza legal, formal, regulamentar ou técnica assim o aconselhem, preservando-se de qualquer alteração do objeto expresso na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O IFRN providenciará como condição de eficácia, a publicação do extrato deste Termo de Descentralização Orçamentária, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Descentralização Orçamentária vigorará a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado através de Termo Aditivo específico, na forma da legislação vigente.

ad

EB

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Descentralização Orçamentária poderá ser rescindido, independentemente do instrumento de sua formalização, por interpelação judicial ou extrajudicial, pela inobservância de quaisquer de suas Cláusulas e/ou condições pactuadas e/ou pela superveniência de norma legal ou eventos que o torne material e formalmente inexecutável ou, ainda, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO


Para a solução de quaisquer controvérsias porventura oriundas da execução deste Termo de Descentralização Orçamentária, em relação às quais não se viabilizar uma composição amigável, as partes elegem o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordes, os Convenientes firmam o presente Termo de Descentralização Orçamentária em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas, ressaltando que os anexos denominado Termo de Referência, Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico integram este termo.

Natal, 21 de outubro de 2016.



ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ
Reitora da UFRN



WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA
Reitor do IFRN

Testemunhas:

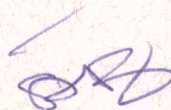
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

O Plano de trabalho relacionado ao Termo de Descentralização Orçamentária nº 01/2016, celebrado entre o IFRN e UFRN, estabelece rotinas de execução próprias, as quais são detalhadas no Termo de Descentralização Orçamentária para Descentralização de Crédito nº 01 - 14/10/2016 documento acessório desse plano. Outrossim, também encontra-se na categoria auxiliar do plano em tela, a Proposta Pedagógica para Formação de Mestres em Gestão Pública, sob responsabilidade da Coordenação Acadêmica do Mestrado Profissional em Gestão Pública – MPPG/CCSA/UFRN, a qual tem por objetivo apresentar as diretrizes para o planejamento e a execução de ações que permitam o desenvolvimento do ensino do curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (Instituição Receptora) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Instituição Promotora).



TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO Nº 01 - 14/10/2016

I – IDENTIFICAÇÃO

Unidade Responsável Pró-Reitoria de Pós Graduação -PPG
Valor total R\$ 345.600,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais)
Título Termo de Descentralização Orçamentária com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para qualificação de servidores do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) por meio do Mestrado Profissional em Gestão Pública
Período de execução Início: 2017 Término: 2020
Identificação do objeto <i>Objetivo geral:</i> Apresentar as diretrizes para o planejamento e a execução de ações que permitam o desenvolvimento do ensino do curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública entre o Instituto Federal de Educação, Ciência do Rio Grande do Norte (IFRN) (Instituição Receptora) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Instituição Promotora). <i>Objetivos específicos:</i> a) Proporcionar formação em nível de Mestrado a 12 (doze) servidores do quadro permanente do IFRN, com entradas em 2017, 2018 e 2019; b) Contribuir para a criação de grupos de estudo e pesquisas na instituição receptora que visem à abordagem de problemas locais e regionais; c) Contribuir, conforme previsto na legislação vigente, por meio da formação de recursos humanos na área da gestão pública, para a criação de cursos de pós-graduação a ser ofertado pela instituição receptora; d) Proporcionar o desenvolvimento do ensino na instituição receptora por meio da capacitação dos professores e profissionais que atuam na área da gestão pública; e) Possibilitar a aquisição de novos referenciais compatíveis para o exercício da profissão docente, de acordo com as necessidades regionais; f) Formar um quadro de mestres em gestão pública, objetivando a conquista da maturidade acadêmico-científica no IFRN; g) Ofertar curso de mestrado que promova o estabelecimento de bases sólidas em gestão pública, com vistas à formação do ser humano em suas múltiplas dimensões e no processo de geração e inovação tecnológica.

II – UG/Gestão-Concedente e UG/Gestão-Proponente

UG/Gestão-Concedente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)		CNPJ 24.370.371/0001-23	
Endereço Av. Senador Salgado Filho, 1559, Tirol			
Cidade Natal	UF RN	CEP	Telefone
			Nat. Jurídica Autarquia Federal de Direito Público
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento
Responsável Wyllys Abel Farkatt Tabosa	CPF 393.775.204-87		
RG	Cargo Professor	Função Reitor	Matrícula
Endereço			CEP

UG/Gestão Proponente UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			CNPJ 24.365.710/0001-83		
Endereço Av. Senador Salgado Filho, nº 3000, Campus Universitário, bairro de Lagoa Nova					
Cidade Natal	UF RN	CEP	Telefone	Nat. Jurídica Autarquia Federal de Direito Público	
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		
Responsável Ângela Maria Paiva Cruz	CPF				
RG	Cargo Professora	Função Reitora	Matrícula		
Endereço			CEP		

III – Justificativa

O presente Termo de Descentralização Orçamentária reforça a política instituída no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRN, que visa promover uma política formadora de pessoal especializado na gestão pública. O curso a ser ofertado, terá caráter temporário e visa à formação em nível de mestrado de 12 (doze) servidores do quadro permanente do IFRN, apresentando estrutura curricular e padrão de qualidade adequado, e estará sujeito ao mesmo regimento do curso ofertado regularmente na sede do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – PPGP/UFRN. Este projeto de Mestrado Profissional tem grande relevância para o IFRN, pois, além de contribuir com o desenvolvimento de estudos e pesquisas, poderá subsidiar intervenções nos problemas locais e regionais. A celebração desta cooperação, assim, é de extrema relevância para que a qualificação de servidores do IFRN, tendo em vista a possibilidade de melhoria de serviços prestados para a comunidade educacional por meio dos resultados das dissertações.

Cronograma de Execução

Meta	Etapa / Fase (*)	Especificação	Indicador Físico		Período	
			Unid.	Qtde.	Início	Fim
Seleção	1	<i>Matrícula dos profissionais do IFRN para o Curso de Mestrado em Gestão Pública, pelo PPGP, no total de 12 vagas.</i>	Profissionais	4	11/2016	03/2017
				4	11/2017	03/2018
				4	11/2019	03/2020
Oferta de Disciplinas	2	<i>Oferta de 36 Disciplinas Obrigatórias e Eletivas pelo corpo docente do PPGP/UFRN, aos profissionais do IFRN selecionados para o curso de Mestrado em Gestão Pública.</i>	Disciplinas	4	02/2017	07/2017
				4	08/2017	11/2017
				8	02/2018	07/2018
				4	08/2018	11/2018
				8	02/2019	07/2019
				4	08/2019	11/2019
4	02/2020	07/2020				

Produção Científica	3	<i>Produção Científica: Submissão de 12 artigos em periódicos organizados conjuntamente por professores orientadores e seus orientandos</i>	Artigos	4	10/2017	03/2018
				4	10/2018	03/2019
				4	10/2019	03/2020
Defesa de Mestrados	4	<i>Defesa de 12 dissertações ou projetos de intervenção por servidores do IFRN (as defesas serão realizadas em função do desempenho do aluno)</i>	Dissertações /Projetos de Intervenção	4	10/2017	03/2018
				4	10/2018	03/2019
				4	10/2019	03/2020

OBS.: O período proposto no cronograma de execução poderá sofrer alterações.

Etapas/fases: 1) Planejamento; 2) Estudo; 3) Avaliação; 4) Execução; 5) Controle de Qualidade.

IV – Relação entre as Partes

Para a execução do objeto previsto neste instrumento, cabem aos participantes as seguintes obrigações:

I – Obrigações do PPGP/CCSA

- a. Realizar o processo de seleção dos alunos do curso;
- b. Ofertar um total de 12 (doze) vagas específicas para o IFRN nos processos seletivos a serem realizados em 2016, 2017 e 2018 nos quais as vagas serão destinadas aos servidores do quadro permanente do IFRN.
- c. Estabelecer calendário escolar, bem como o cronograma de execução do Curso;
- d. Providenciar a disponibilidade de salas de aulas e laboratórios para as aulas práticas, incluindo equipamentos e utensílios;
- e. Orientar os trabalhos finais a serem desenvolvidos pelos alunos, conforme o regulamento do Curso e a Portaria MEC n.º 17, de 28/12/2009;
- f. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento escolar do aluno, bem como encaminhar a solicitação de expedição de diplomas e certificados de conclusão de curso à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, de acordo com o que dispõe a legislação vigente;
- g. Efetuar os registros acadêmicos necessários ao funcionamento do Curso, na forma estabelecida pela legislação vigente;
- h. Disponibilizar as vagas exclusivas do IFRN porventura remanescentes nos editais de seleção para o processo seletivo do ano seguinte, sem custos adicionais, caso as vagas não tenham sido preenchidas.
- j. Realizar prestação de contas anuais pela Pró-reitoria de Administração da UFRN e coordenação do PPGP/UFRN, a partir das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, no item Cronograma de execução, e o Plano de aplicação dos recursos.

II – Obrigações do IFRN

- a. Responsabilizar-se pela promoção e divulgação do Curso;
- b. Transferir à UFRN, por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, os recursos financeiros necessários à execução deste Termo de Descentralização Orçamentária, consoante Cláusula Quarta.

V – Previsão Orçamentária

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

NATUREZA DA DESPESA		COOPERANTE (R\$)	TOTAL (R\$)
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		
33.90.14	Diárias	5.015,00	5.015,00
33.90.33	Passagens e despesas com locomoção	38.900,00	38.900,00
33.90.30	Material de consumo	0,00	0,00
33.90.36	Serviços de terceiros pessoa física	275.400,00	275.400,00
33.91.47	Encargos	14.960,00	14.960,00
33.90.39	Serviços de terceiros pessoa jurídica	11.325,00	11.325,00
TOTAL GERAL		345.600,00	345.600,00

DETALHAMENTO

33.90.14		Diárias		
Quant.	Especificação	Favorecido	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
25	Diárias	Professores vinculados ao PPGP ou convidados para ministrar aulas, palestras, seminários, bancas de defesa ou atividades relacionadas à pesquisa, docência ou extensão	200,60	5.015,00
TOTAL				5.015,00
33.90.33		Passagens e despesas com locomoção		
Quant.	Especificação	Favorecido	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
20	Passagens aéreas nacionais	Professores vinculados ao PPGP ou convidados para ministrar aulas, palestras, seminários, bancas de defesa ou atividades relacionadas à pesquisa, docência ou extensão	1.850,00	37.000,00
20	Adicional de locomoção	Professores vinculados ao PPGP ou convidados para ministrar aulas, palestras, seminários, bancas de defesa ou atividades relacionadas à pesquisa, docência ou extensão	95,00	1.900,00
TOTAL				38.900,00

33.90.36		Serviços de terceiros pessoa física		
Quant.	Especificação	Favorecido	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
600	Hora-aula (encargos de curso e concurso)	Professores vinculados ao PPGP	265,00	159.000,00
240	Serviços eventuais	Professores externos à UFRN e convidados para ministrar aulas, palestras, seminários, bancas de defesa ou atividades relacionadas à pesquisa, docência ou extensão	265,00	63.600,00
8	Serviços eventuais	Professores vinculados a UFRN e ao PPGP orientadores de Trabalhos de Conclusão	1.000,00	8.000,00
4	Serviços eventuais	Professores externos à UFRN e vinculados ao PPGP orientadores de Trabalhos de Conclusão	1.000,00	4.000,00
12	Serviços eventuais	Participação de professores externos à UFRN em bancas de defesa	600,00	7.200,00
			TOTAL	275.400,00

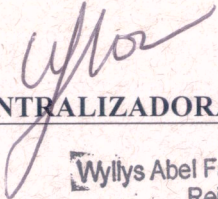


33.91.47		Encargos		
Quant.	Especificação	Favorecido	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
240	Encargos dos Professores externos à UFRN e convidados para ministrar aulas, palestras, seminários, bancas de defesa ou atividades relacionadas à pesquisa, docência ou extensão	INSS	---	12.720,00
4	Professores externos à UFRN e vinculados ao PPGP orientadores de Trabalhos de Conclusão	INSS	---	800,00
12	Participação de professores externos à UFRN em bancas de defesa	INSS	---	1.440,00
TOTAL				14.960,00

33.90.39		Serviços de terceiros pessoa jurídica		
Quant.	Especificação	Favorecido	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
20	Serviços eventuais	Pagamento taxas de bilhete aérea (agência), inscrições, serviços gráficos	---	4.000,00
20	Serviços eventuais	Hospedagem e alimentação para Professores vinculados ao PPGP ou convidados para ministrar aulas, palestras, seminários, bancas de defesa ou atividades relacionadas à pesquisa, docência ou extensão	366,25	7.325,00
TOTAL				11.325,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

Ano	Mês												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2017	----	----	86.400,00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	86.400,00
2018	----	----	86.400,00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	86.400,00
2019	----	----	86.400,00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	86.400,00
2020	----	----	86.400,00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	86.400,00
TOTAL	----	----	345.660,00	----	----	----	----	----	----	----	----	----	345.660,00

VI – Data e Assinaturas

 UNIDADE DESCENTRALIZADORA  Wyllys Abel Farkatt Tabosa Reitor	 UNIDADE DESCENTRALIZADA Ângela Maria Paiva Cruz REITORA
--	---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**PROPOSTA PEDAGÓGICA
PARA A FORMAÇÃO DE MESTRES EM GESTÃO PÚBLICA**

*Plano de Trabalho do Termo de Descentralização Orçamentária a ser firmado entre a
UFRN e o IFRN*

Coordenação Acadêmica do Mestrado Profissional em Gestão Pública –

MPGP/CCSA/UFRN

Professor Thiago Ferreira Dias, Coordenador do PPGP/CCSA

Coordenação da Instituição Promotora – UFRN

Coordenação da Instituição Receptora – IFRN

INFORMAÇÕES GERAIS

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

- Instituição receptora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
- Instituição promotora: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN / Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP.
- Instituição Financiadora: IFRN

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

Nome do Curso: Mestrado Profissional em Gestão Pública

Área de concentração: Gestão Pública

Linha de pesquisa: Gestão e Políticas Públicas

PERFIL DO PÚBLICO A SER ATENDIDO

Os candidatos deverão ser portadores de diploma de curso de graduação plena, devidamente reconhecido. Os candidatos precisam estar envolvidos com atividades de ensino, pesquisa ou extensão ou em atividades administrativas. Deverão ser servidores efetivos do IFRN.

PRAZO DE EXECUÇÃO

Previsão para o início do convênio: 1º semestre de 2017

Previsão para a conclusão do convênio: 1º semestre de 2020

COORDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COORDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RECEPTORA

IFRN – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão – Departamento de Pós-Graduação

OBJETIVO DO PROJETO

O presente projeto tem por objetivo apresentar as diretrizes para o planejamento e a execução de ações que permitam o desenvolvimento do ensino do curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) (Instituição Receptora) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Instituição Promotora).

Os principais objetivos são:

Proporcionar formação em nível de Mestrado a 12 (doze) servidores do IFRN, com entradas previstas para 2017, 2018 e 2019; Contribuir para a criação de grupos de estudo e pesquisas na instituição receptora que visem à abordagem de problemas locais e regionais; Contribuir, conforme previsto na legislação vigente, por meio da formação de recursos humanos na área da gestão pública, para a criação de cursos de pós-graduação a ser ofertado pela instituição receptora; Proporcionar o desenvolvimento do ensino na instituição receptora por meio da capacitação dos professores e profissionais que atuam na área da gestão pública; Possibilitar a aquisição de novos referenciais compatíveis para o exercício da profissão docente, de acordo com as necessidades regionais; Formar um quadro de mestres em gestão pública, objetivando a conquista da maturidade acadêmico-científica no IFRN; Ofertar curso de mestrado que promova o estabelecimento de bases sólidas em gestão pública, com vistas à formação do ser humano em suas múltiplas dimensões e no processo de geração e inovação tecnológica.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A atual expansão por que passa a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é um reflexo da importância do ensino profissional no Brasil. Os modelos de gestão pública atualmente presentes no Brasil também passam por um momento de transformação e modernização, e formar profissionais especializados em áreas da gestão pública é um ponto fundamental para o fortalecimento da área da Administração Pública no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), acentuada com a criação de diversos campi e a ampliação da sua capacidade de formação.

Os Institutos Federais como instituições de ensino nos diversos níveis não podem prescindir de cursos de pós-graduação, fundamentais na qualificação de docentes e especialistas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Assim

sendo, a participação de servidores do IFRN em um curso de mestrado em gestão pública é uma condição extremamente importante para materialização desse intento.

O IFRN tem como uma de suas funções a de contribuir para a melhoria de qualificação de seus profissionais. Neste sentido, um projeto de pós-graduação *stricto sensu* leva ao desenvolvimento institucional, como se pode depreender do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Dentre os objetivos dos Institutos Federais, implantados pela Lei no. 11.892/2008, destacamos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

[Fonte: Lei no. 11.892, de 29 de dezembro de 2008¹]

¹ Lei no. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 07 de maio de 2009)

O curso a ser ofertado, terá caráter temporário e visa a formação em nível de mestrado de 12 (doze) servidores pertencentes ao IFRN, apresentando estrutura curricular e padrão de qualidade adequados, e estará sujeito ao mesmo regimento do curso ofertado regularmente na sede do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – PPGP/IFRN.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui, no âmbito do sistema federal de ensino, os Institutos Federais, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, integradas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A partir dessa configuração, evidencia-se a importância de uma política de formação dos servidores do IFRN, para que venham desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão compatíveis com o lugar que lhe foi conferido no sistema nacional de ensino superior. Dessa forma, este projeto de mestrado profissional tem grande relevância para o IFRN, pois, além de contribuir com o desenvolvimento de estudos e pesquisas, poderá subsidiar intervenções nos problemas locais e regionais.

ESTRUTURA BÁSICA DA PROGRAMAÇÃO

Disciplinas e atividades	Ano-Semestre
Disciplinas ministradas na UFRN (1ª turma)	2017-1, 2017-2, 2018-1
Disciplinas ministradas na UFRN (2ª turma)	2018-1, 2018-2, 2019-1
Disciplinas ministradas na UFRN (3ª turma)	2019-1, 2019-2, 2020-1
Exame de qualificação (1ª turma)	2018-2
Exame de qualificação (2ª turma)	2019-2
Exame de qualificação (3ª turma)	2020-2
Defesa de dissertação/projeto de intervenção (1ª turma)	2019-1 (sem prorrogação) 2019-2 (com prorrogação)
Defesa de dissertação/projeto de intervenção (2ª turma)	2020-1 (sem prorrogação) 2020-2 (com prorrogação)
Defesa de dissertação/projeto de intervenção (3ª turma)	2021-1 (sem prorrogação) 2021-2 (com prorrogação)

LINHA DE PESQUISA

A linha de pesquisa envolvida no presente convênio do PPGP/MPGP será *Gestão e Políticas Públicas*.

OFERTA DE VAGAS

Serão ofertadas 4 (quatro) vagas para a turma ingressante no primeiro ano de vigência (2017) desse Termo de Descentralização Orçamentária, 4 (quatro) vagas para a turma ingressante no segundo ano (2018) e 4 (quatro) vagas no terceiro ano de vigência (2019) do Termo de Descentralização Orçamentária, totalizando 12 vagas. As disciplinas da matriz curricular serão ministradas na sede da instituição promotora, por professores credenciados pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFRN.

ORGANIZAÇÃO OCURRICULAR

CURRÍCULO 2014 – Mestrado Profissional em Gestão Pública

O Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do mês em que a matrícula for efetivada no Programa, incluindo-se neste período a apresentação e defesa do Projeto de Intervenção ou da Dissertação. O Curso compreende um número mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos obtidos em disciplinas e atividades, bem como na elaboração, apresentação e aprovação do Projeto de Intervenção ou da Dissertação. Não serão contabilizados créditos nos casos de atividades como defesa de Dissertação ou de Projeto de Intervenção, exame de proficiência em língua estrangeira e exame de qualificação.

Área de Concentração – Gestão Pública
Linha de Pesquisa – Gestão e Políticas Públicas

Disciplinas Obrigatórias (5 disciplinas, 10 créditos)		
Disciplinas	Carga Horária (h)	Créditos
Teoria Geral da Administração Pública	30	2
Instituições Políticas Brasileiras	30	2
Ciclo das Políticas Públicas	30	2
Metodologia da Pesquisa	30	2
Seminário de Dissertação/Projeto de Intervenção	30	2
Total	150	10

Disciplinas Eletivas (obrigatórios 14 créditos, 7 disciplinas)		
Disciplinas	Carga Horária (h)	Créditos
Orçamento e Finanças Públicas	30	2
Inovação na Gestão Pública	30	2
Instituições e Regulação	30	2
Contratualização e Gestão por Resultados	30	2
Responsabilização, Transparência e Controle Social	30	2
Estado e Políticas Públicas Comparadas	30	2
Federalismo e Políticas Públicas	30	2
Avaliação de Políticas Públicas	30	2
Políticas Sociais no Brasil	30	2
Atores, Processos e Instrumentos na Ação Pública	30	2
Planejamento na Gestão Pública	30	2
Gestão de Pessoas no Setor Público	30	2

Tópicos Especiais em Gestão Pública I	30	2
Tópicos Especiais em Gestão Pública II	15	1
Tópicos Especiais em Gestão Pública III	30	2
Tópicos Especiais em Gestão Pública IV	15	1

Estrutura Curricular do PPGP

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

Quadro de Distribuição das Disciplinas por Semestre

1º Semestre
(8 créditos)
Teoria Geral da Administração Pública
Instituições Políticas Brasileiras
2 Disciplinas Eletivas

3º Semestre
(8 créditos)
Seminário de Dissertação/Projeto de Intervenção
3 Disciplinas Eletivas
Exame de Qualificação

2º Semestre
(8 créditos)
Ciclo das Políticas Públicas
Metodologia da Pesquisa
2 Disciplinas Eletivas

4º Semestre
(Sem créditos)
Defesa da Dissertação ou de Projeto de Intervenção

Eventuais alterações na sequência das disciplinas, decorrentes de determinações do Colegiado, serão informadas à Instituição Receptora.

DISCIPLINAS / ATIVIDADES

As disciplinas/atividades serão ministradas conforme periodicidade proposta e formalizada entre o IFRN e a UFRN no Plano de Trabalho, como também, os docentes responsáveis pelas disciplinas permanecerão na instituição promotora nos períodos estipulados. A proficiência em língua inglesa será realizada ao longo do período de duração do curso (02 anos).

Os exames de qualificação serão realizados na sede da instituição promotora, assim como as defesas. Nas bancas de qualificação poderá haver a participação de professores doutores do IFRN, em conformidade com as temáticas de dissertação e/ou projeto de intervenção e em observância ao Regimento do PPGP. Nas defesas de Mestrado, a banca será formada com base nas normas do PPGP. O desenvolvimento das atividades acadêmicas serão realizadas na instituição promotora, observando-se a necessidade dos mestrandos iniciarem contatos regulares com seus professores orientadores. Serão desenvolvidas atividades de produção bibliográfica e publicação em conjunto com a instituição promotora e a instituição receptora, conforme Plano de Trabalho acertado em comum acordo.

ELENCO, EMENTA E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

A oferta das disciplinas obrigatórias e optativas, com o cumprimento dos créditos e cargas horárias necessárias, será definida em consonância com a Proposta curricular do PPGP/UFRN. A seguir, são apresentadas as disciplinas do programa, com discriminação de carga horária, créditos, ementa e bibliografia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Disciplina: Teoria Geral Da Administração Pública

Carga Horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Compreensão dos campos da política, das políticas públicas e da administração pública; O Contexto decisório da Administração Pública; O Contexto organizacional da Administração Pública; O Contexto normativo da Administração Pública; Teoria das Organizações e Administração Pública; Novos paradigmas da gestão pública.

BIBLIOGRAFIA

- Albi, E. et all. (2009) *Gestión Pública: fundamentos, técnicas y casos*. Barcelona-Espanha: Editora Ariel, Cap. 1.
- Bresser Pereira, L. C. (1996) *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34.
- Bresser Pereira, L. C., & Spink, P. K. (Orgs.). (1998) *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Bresser Pereira, L. C., & Cunill Grau, N. (Org.). (1999) *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV.
- Cardoso Jr, J. C., & Pires, R. R. C. (Org.). (2011) *Gestão Pública e Desenvolvimento: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA.
- Crozier, M. (1989) *Estado Modesto, Estado Moderno: estratégia para uma outra mudança*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público –FUNCEP.
- Diniz, E., & Azevedo, S. (Orgs.). (1997) *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília: Editora da UNB.
- Echevarria, K., & Mendoza, X. (1999) *La Especificidad de la Gestión Pública: el Concepto de Management Público*. In Losada, & Madorrán (editor). *¿De Burócratas a Gerentes?*. Washington D. C: Banco Interamericano de Desarrollo.
- Etkin, J. (1999) *La Doble Moral de las Organizaciones: Los sistemas perversos y la corrupción institucionalizada*. Chile: McGraw-Hill.
- Etkin, J. *Política*. (2000) *Gobierno y Gerencia de las Organizaciones: Acuerdos, dualidades y divergencias*. 1. Ed. Buenos Aires: Prentice Hall.
- Goldsmith, S., & Eggers, W. D. (2006) *Governar em Rede*. Brasília: ENAP.
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006) *Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?* Rio de Janeiro: RAP, vol. 40, n. 3, pp. 479-99.
- Kliksberg, B. (compilador). (1994) *El Rediseño Del estado: una perspectiva internacional*. México, Toluca: Instituto Nacional de Administración Pública de México, Fondo de Cultura Económica.
- Martins, H. F. (2006) *Burocracia e a Revolução Gerencial- a persistência da dicotomia política e administração*. Salvador-Bahia-Brasil: Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, n. 6.
- Lima, B. O. (Coord.). (2001) *La Nueva Gestión Pública*. Madrid: Pearson Educación, S.A.
- Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., Pacheco, R. S. (Org.). (2010) *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Meny, I., & Thoenig, J.C. (1992) *Las Políticas Públicas*. Barcelona-Espanha: Editora Ariel, Cap. 3.
- Michael, H., & Mayer, R. T. (1999) *Teoría de la Organización para la Administración Pública*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, Cap. 1.
- Peters, B. G., & Pierre, J. (Org.). (2010) *Administração Pública: Coletânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP.
- Saravia, E., & Ferrarezi, E. (Org.). (2006) *Políticas Públicas: Coletânea*. Brasília: ENAP, vol. 2.
- Subirats, J., et all. (2008) *Análisis y gestión de políticas públicas*. Barcelona-Espanha: Editora Ariel, Cap. 2.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1995) *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. 6. ed. Brasília: MH Comunicação.

Disciplina: Instituições Políticas Brasileiras

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

A evolução das instituições democráticas no Brasil – as relações entre o Estado e a sociedade civil; A Evolução da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo no âmbito dos partidos e do sistema partidário. As Medidas Provisórias e a Delegação na Democracia Brasileira. As Gramáticas Políticas e o Processo de Nation Buildin.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, M. H. T. (2007) *O Estado no Brasil Contemporâneo: Um Passeio pela História* In Melo, C., & Sáez, M. (Orgs.) *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século XXI*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 17-38.
- Figueiredo, A., & Limongi, F. (2006) “*Poder de Agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo multipartidário*. In Soares, G. A. D., & Rennó, L. R. *Reforma Política: Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, pp. 249-280.
- Figueiredo, A., & Limongi, F. (2007) “*Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira*. In Melo, C. R., & Saez, M. A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Nunes, E. (1997) *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Capítulos 1, 2 e 3

- Santos, F. (2006) *Governos de Coalizão no Sistema Presidencial: o Caso do Brasil sob a Égide da Constituição de 1988*. In Avritzer, L., & Anastasia, F. (orgs.) *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 223-236.
- Souza, C. (2008) *Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 51, n. 4, pp. 791-823.
- Souza, M. C. C. (1976) *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Disciplina: Ciclo de Políticas Públicas

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA:

Introdução à política pública: origens e conceitos. Modelos e processos de análise. Análise cíclica de políticas públicas, fundamentos e bases teórico-metodológicas, com destaque para as suas fases: problema, construção da agenda, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Principais contribuições e críticas ao modelo cíclico. Análise sequencial de políticas públicas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Arretche, M. (2003) *Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51.
- Dente, B. (2001) *La Politique d'Evaluation des Politiques Publiques*. In Kessler, M. C., Derlien, H. U. *Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas*. Brasília: Revista do Serviço Público, nº. 1.
- Draibe, S. M. (1992) *Brasil: O Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recentes*. CEPAL: Projeto- Reformas de Políticas para Aumentar a Efetividade do Estado na América Latina.
- _____. (1993) *Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano*. Lua Nova, n. 31, pp. 5-46.
- Dunn, W. N. (2004) *Public Policy Analysis: An Introduction*. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall.
- Dye, T. R. (2005) *Understanding Public Policy*. 11.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall
- Dye, T. R. (2009) *Mapeamento dos Modelos de Análise de Políticas Públicas*. Cap. 3, pp.99-132. In Heidmann, & Salm (Orgs). *Políticas Públicas e Desenvolvimento bases epistemológicas e*

modelos de análise. Brasília: Editora da UnB.

- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2011) *Avaliação de Quarta Geração*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.
- Lascoumes, P. et alli(orgs). (1998) *Evaluation des Politiques Publiques*. Paris: L'Harmattan.
- Kingdon. (2006) *Como Chega a hora de uma Idéia? Políticas Publicas*. In Saravia., Enrique., Ferrarezi, E. *Políticas Públicas*, Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 1.
- Massardier, G. (2003) *Politiques et Action Publiques*. Paris: Armand Colin.
- Meny, I., & Thoenig, J.C. (1992) *Las Políticas Públicas*. Madrid: Ariel.
- Muller, P. (2003) *Les Politiques Publiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Muller, P., & Surel, Y. (2002) *A Análise das Políticas Públicas*. Pelotas: EDUCAT.
- Nunes, E. (1997) *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP.
- Parsons, W. (2007) *Políticas Publicas, una introduction à la teoria y la pratica del analyse de políticas públicas*. FLACSO: MINO Y DAVILA.
- Rezende, F. (2004) *Por que Falham as reformas administrativas?*. Rio de Janeiro: FGV.
- Salama, P., & Valier, J. (1997) *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel.
- Saravia, E., & Ferrarezi, E. (2006) *Políticas Públicas*. Coletânea, vol 1 e vol 2. Brasília: ENAP.
- Secchi, L. (2010) *Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Souza, C. (2008) *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*. In Hochman,G., Arretche, M., Marques, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Subirats, J. (1994) *Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas.
- Tinôco, D. S. (2010) *Análise seqüencial de políticas públicas nas abordagens da ciência política e da gestão (management)*. Rio de Janeiro: *Anais do XXXII ENANPAD/Cadernos EBAPE*, vol. 8, n. 1, artigo 11.
- Viana, A. L. (1996) *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. *Revista de Administração Pública*, vol. 30, n. 2, pp. 5-43.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Natureza do conhecimento; O que é conhecer e seus problemas; O conhecimento, seus níveis e características; O Processo de construção da ciência; Objetivo e papéis da ciência, teoria e fato; Relacionamento entre ciência, teoria, fato, pesquisa e método; O método científico (os métodos e técnicas de pesquisa); A pesquisa e tipos de pesquisa; Passos formais de Estudos Científicos; Etapas para elaboração de pesquisa bibliográfica; Etapas para elaboração de projeto de pesquisa de campo; Relatórios científicos; Conceito; Tipos: trabalho de síntese, resenha, trabalho de divulgação, informes científicos; Relatórios e monografias – ensaios, dissertação e tese; Estrutura (introdução, desenvolvimento e conclusão); Redação de trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, L. C. (2000) *Como elaborar a monografia de final de curso*. São Paulo: Companhia Forense.
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1996) *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books.
- Deese, J., & Dese, E. K. (1983) *Como estudar*. 11. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- Demo, P. (1981) *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Denker, A. F. M. (1998) *Métodos e técnicas em turismo*. São Paulo: Futura.
- Ferrari, A. T. (1982) *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1982) *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Roesch, S. M. A. (1996) *Projetos de estágio do curso de administração*. São Paulo: Atlas.
- Rudio, F. V. (1980) *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes.
- Ruiz, J. Á. (1985) *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Salomon, D. V. (1996) *Como fazer uma monografia*. 4. ed. São Paulo: Martins.
- Salvador, Â. D. (1986) *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina.
- Severino, A. J. (1978) *Metodologia do trabalho científico*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moares.
- Silva, R. P. et al. (1976) *Redação técnica*. 3. ed. Porto Alegre: Formação.
- Vergara, S. C. (1997) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- _____. (2005) *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vieira, M. M. F., & Zouain, D. M. (Org). (2006) *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Yin, R.K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Disciplina: Seminário de Dissertação ou de Projeto de Intervenção

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

O projeto de pesquisa; Os elementos constitutivos do Projeto de Pesquisa – Introdução, objeto, problema, objetivos, procedimentos metodológicos, referências bibliográficas; Projeto de dissertação; Projeto de Intervenção – etapas e elementos; Oficinas de apresentação do Projeto de dissertação ou do Projeto de Intervenção.

BIBLIOGRAFIA

Roesch, S. M. A. (1996) *Projetos de estágio do curso de administração*. São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C. (1997) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Disciplina: Atores, Processos e Instrumentos na Ação Pública

Carga Horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA:

Conceitos, metodologias e categorias analíticas referentes à análise da ação pública que contempla atores, representações, instituições, processos e resultados dessa ação (LASCOUMES e LE GALÈS).

Mudanças nas relações Estado x Sociedade e processos de negociação e de coordenação inovadores. O Estado e demais atores que integram a ação pública. Aportes teóricos para a compreensão da ação pública como a análise de redes, a análise cognitiva e a sociologia da ação coletiva.

BIBLIOGRAFIA

Aron, R. (2008) *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1978) *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Boudon, R. (1995) *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Duran, P. (2010) *l'Action Publique*. Paris: L.G.D.J.

- Faure, A., Pollet, G., Warin, P. (orgs). (1995) *La Construction du Sens dans les Politiques Publiques, Débats autour du référentiel*. Paris: L'Harmattan.
- Gaudin, J. P. (2004) *L'Action Publique Sociologie et Politique*. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz.
- Gramsci, A. (1989) *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Grossman, E., & Saurugger, S. (2006) *Les Groupes d'Interet, Action Collective et stratégie de représentation*. Armand Collin.
- Hassenteufel, P. (2011) *Sociologie Politique: L'Action Publique*. Paris: Armand Colin.
- Jobert, B. (1995) *Rhétorique politique, controverses scientifiques et construction des norms institutionnelles: esquisse d'un parcours de recherche*. In Faure, A., Pollet, G., Warin, P. (orgs). *La Construction du Sens dans les Politiques Publiques, Débats autour du référentiel*. Paris: L'Harmattan.
- Lascombes, P., & Le Galès, P. (2007) *La Sociologie de l'Action Publique*. Paris: Armand Colin.
- Le Gales, P. (1995) *Les Réseaux d'Action Publique entre Outil Passe Partout et Théorie de Moyenne Portée*. In Le Galès, P., & Thatcher, M. (direction). *Les Réseaux de Politique Publique. Debat autour des policy networks*. Paris: L'Harmattan.
- Le Galès, P., & Thatcher, M. (direction). (1995) *Les Réseaux de Politique Publique. Debat autour des policy networks*. Paris: L'Harmattan.
- Massardier, G. (2003) *Politiques et Action Publiques*. Paris: Armand Colin.
- _____ (2000) *L'Analyse Cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique*. In *Revue Française de Science Politique*, vol. 50, n°2.
- Muller, P. (2003) *Politiques Publiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Muller, P., & Yves, S. (2002) *A Análise das políticas Publicas*. Pelotas: Ed. Universidade Católica de Pelotas.
- Musselin. (2005) *Sociologie de l'Action Organisée et analyse des politiques publiques: deux approches pour un même objet?* In *Revue Française de Science Politique*, vol 55, n. 1.
- Portelli, H. (1987) *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra.
- Rhodes, & Marsh. (1995) *Les Réseaux d'Action Publique en Grande-Bretagne*. In Le Galès, & Thatcher, M. (direction). *Les Réseaux de Politique Publique. Debat autour des policy networks*. Paris: L'Harmattan.
- Sabatier, P. A., & Schlager, E. (2000) *Les Approches Cognitives des Politiques Publiques: Perspectives Américaines*. In *Revue Française de Science Politique*, vol. 50, n. 2.

Disciplina: Avaliação de Políticas Públicas

Carga Horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Principais aportes teóricos e metodológicos da avaliação de políticas públicas: modelos, conceitos, processos, atores e categorias analíticas referentes ao monitoramento das políticas públicas e, principalmente, avaliação de balanço e conclusiva de políticas públicas. **Tipos de avaliação:** tradicional e pluralista: fundamentos, diferenças e especificidades de cada abordagem; *Path Dependance* e suas aplicações a situações concretas; tendências contemporâneas de avaliação baseadas em participação e negociação entre instituições e atores envolvidos.

BIBLIOGRAFIA

- Barbaroux, J. (2007) *La dimension pluraliste de la démarche d'évaluation des politiques : de la théorie à la pratique dans la Région Rhône-Alpes*. In Jacot, H., & Fouquet, A. (Direction) *Le citoyen, l'élu, l'expert, pour une démarche pluraliste d'évaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, Société Française d'Evaluation.
- Baron, G., & Monnier, E. (2003) *Une approche pluraliste et participative: coproduire l'évaluation avec la société civile*. *Revue Informations Sociales*. n. 110, pp.1-7.
- Braud, P. (2006) *Sociologie Politique*. Paris: L.G.D.J.
- Boussagnet, L., Jacquot, S.; Ravinet, P. (2006) *Dictionnaire des Politiques Publiques*. Paris: Presses de Science Po.
- Chevalier, J. (2004) *L'Etat Post-Moderne*. Paris: L.G.D.J.
- _____ (2005) *Politiques Publiques et changement social*. *Revue Française d'administration publique, Ecole Nationale d'Administration*, n. 115, pp.383-390.
- Corcuff, P. (1993) *Un OVNI dans le paysage français ? Eléments de réflexion sur l'évaluation des politiques publiques en France*. *Politix*. vol. 6, n. 24, pp. 190-209.
- Crozier, M. (1991) *Etat Modeste Etat Moderne stratégie pour un autre changement*. Paris: Seuil Points.
- Defarges, P. M. (2006) *La gouvernance*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Derlien, Hans-Urich. (2001) *Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas*. Brasília: *Revista do Serviço Público*, vol. 52, n. 1, pp. 105-123.
- Faria, C. A. P. (2005) *A política de avaliação de políticas públicas*. São Paulo: RBCS, vol. 20, n. 59, pp. 97-109.

- Garon, S., & Roy, B. (2001) *L'évaluation des organismes communautaires. L'exemple d'un partenariat avec l'État: entre l'espoir et la désillusion*. Nouvelles Pratiques Sociales. vol. 14, n. 1, pp. 97-110. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/008327ar>>. Acesso em 30 nov. 2010.
- Gaudin, J. P. (2007) *Gouverner par Contrat*. 2. ed. Paris: Presses de Sciences Po.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2001) *Avaliação de Quarta Geração*. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP.
- Kingdon, J. (2006) *Como Chega a Hora de uma Idéia?* In Saravia, E., & Ferrarezi, E. *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 1.
- Kressler, M. C. (1998) *Avant-Propos*. In Kressler, M. C., Lascoumes, P., SETBOM, M., THOENIG, J. C. (orgs.). *Evaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, pp.1-5.
- Lagroye, J., François, B., Sawick, F. (2006) *Sociologie Politique*. 5. ed. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz.
- Lascoumes, P.(1998) *Pratiques et modèles de l'évaluation*. In Kressler, M. C., Lascoumes, P., Setbom, M., Thoenig, J. C. (orgs.). *Evaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, pp. 23-33.
- Mény, Y., & Thoenig, J.C. (1989) *Politiques publiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Perret, B. (2001) *L'évaluation des politiques publiques*. Paris: La Decouverte.
- Perret, V. & Seville, M. (2007) *Fondements Épistémologiques de la Recherche*. 3. ed. In Thietart et coll., *Méthodes de Recherche en Management*. Paris: Dunod, pp 13-33.
- Rezende, F. (2004) *Por que Falham as reformas administrativas?*. Rio de Janeiro: FGV.
- Richard, A., & Verdier, E. (2002) *Evaluation et conduite de l'action publique : entre recherche d'efficacité et conquête de légitimité application à la décentralisation de la formation des jeunes*. In Congresso da AFSE - Association Française de Sciences Economiques. Paris, 19 septembre 2002. Disponível em: <<http://www.lest.cnrs.fr>>. Acesso em 30 nov. 2010.
- Salama, P., & Valier, J. (1997) *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel.
- Saravia, E., & Ferrarezi, E. (2006) *Políticas Públicas*, Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 1 e vol. 2.
- Scriven, M. (1967) *The methodology of Evaluation*. In Tyler, R. W., Gagné, R. M., Scriven, M. (ed.) *Perspectives of curriculum Evaluation*. AERA, Monograph Series on Curriculum Evaluation. Chicago: Rand McNally & Co, n. 1
- Secchi, L. (2010) *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Souza, C. (2008) *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*. In Hochman, G., Arretche, M., Marques, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- Subirats, J. (1994) *Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración*, Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas.
- Turgeon, J. (1998) *Le Programme d'Action Communautaire pour les enfants (PACE)*. Nouvelle tendance dans l'évaluation des politiques publiques au Canada? In Kressler, M. C., Lascoumes, P., Setbom, M., Thoenig, J. C. (orgs.) *Evaluation des politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, pp.195-220.
- Viana, A. L. (1996) *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. Revista de Administração Pública, vol. 30, n. 2, p. 5-43.
- Viveret, P. (2005) *Pourquoi ça ne va pas plus mal*. Paris: Fayard.
- Weiss, C. H. (1978) *Investigación evaluativa: métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción*. México: Trillas.

Disciplina: Contratualização e Gestão por Resultados

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

A Nova Gestão Pública. Gestão para resultados no setor público: estrutura, requisitos e implementação. Contratualização de resultados no setor público. Contratos de gestão. Cultura de resultados. Avaliação da gestão pública. Indicadores e avaliação de desempenho. Responsabilização por controle de resultados. Limites do gerencialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ariznabarreta, K. E. (2003) *Responsabilización y responsabilidad gerencial: instituciones antes que instrumentos*. In Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado Y de La Administración Pública, 8. *Anales...* Panamá, 28-31 oct. 2003.
- Bresser-Pereira, L. C., & Cunill Grau, N. (Orgs.). (2006) *Responsabilização na Administração Pública*. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Clad/Fundap.
- Caiden, G. E., & Caiden, N. J. (1998) *Enfoques y lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público*. Caracas: Revista del Clad Reforma y Democracia, n. 12, oct. 1998. Disponível em: <www.clad.org>.
- Cunill Grau, N. (2005) *La transparencia en la gestión pública ¿Cómo construirle viabilidad?*. In Mezones, F. (Ed.). *Transparencia en la gestión pública: ideas y experiencias para su viabilidad*. Guatemala: BID, Indes, Instituto Nacional de Administración Pública de Guatemala, 2006.

- Font, J. (org). (2007) *Ciudadanos y decisiones publicas*. Barcelona: Editora Ariel.
- Levy, E. (1998) *Control social y control de resultados: un balance de los argumentos y de la experiencia reciente*. In Bresser-Pereira, L. C., & Cunill Grau, N. (Eds.). *Lo público no-estatal em la Reforma del Estado*. Versão para o espanhol de Carlos Sánchez. Caracas: Clad; Buenos Aires: Editorial Paidós.
- López Casanovas, G. et al. (2003) *Los nuevos instrumentos de la gestión pública*. Colección Estudios Económicos, n. 31. Edición electrónica disponible en: <www.estudios.lacaixa.es>.
- Longo, F. (2003) *La responsabilización por el rendimiento en la gestión pública: problemas y desafíos*. In Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado Y de La Administración Pública, 8. *Anales...* Panamá, 28-31 oct. 2003.
- Martins, H. F. (2000) *Em busca de um regime contratual de gestão: a recente implementação de contratos de gestão na administração pública brasileira*. In Peixoto, J. P. M. (Org.). *Modernização e Reformas do Estado*. Rio de Janeiro: UVA.
- _____. (2005) *Gestão de Recursos Públicos: orientação para resultados e accountability*. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. Salvador, n. 3. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em: 23 set. 2008.
- _____. (2007) *Cultura de resultados e avaliação institucional: avaliando experiências contratuais na administração pública federal*. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. Salvador, n. 8, dez. 2006, jan./fev. 2007. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em: 23 set. 2008.
- Medeiros, P. C., & Levy, E. (org). (2009) *Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas*. Rio de Janeiro: Qualitymark; Brasília, DF: CONSAD.
- Moore, M. H. (1998) *Gestión estratégica y creación de valor en el sector público*. Barcelona: Paidós.
- Oszlak, O. (2003) *¿Responsabilización o respondibilidad?: el sujeto y el objeto de un estado responsable*. In Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado Y de La Administración Pública, 8. *Anales...* Panamá, 28-31 oct. 2003.
- Pacheco, R. S. (2004) *Contratualização de resultados no setor público: a experiência brasileira e o debate internacional*. In Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado Y de La Administración Pública, 9. *Anales...* Madrid: España, 2-5 nov. 2004.
- Quirós, M. M. (2006) *Responsabilização pelo Controle de Resultados*. In Bresser-Pereira, L. C., & Cunill Grau, N. (Orgs.). *Responsabilização na Administração Pública*. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Clad/Fundap.
- Ramió Matas, C. (2000) *Externalización de servicios públicos y corrientes neoempresariales: los problemas de la administración relacional en el contexto de un gobierno multinivel*. In Congreso

Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 5.
Anales... Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 -27 oct. 2000.

Rezende, F. C. (2002) *O dilema do controle e a falha sequencial nas reformas gerenciais*. Revista do Serviço Público, ano 53, n. 3.

Richardson, R. (2001) *Responsabilización política y gerencia del desempeño del sector público: examinado vínculos y lecciones*. Caracas: Revista del Clad Reforma y Democracia, n. 19.
Disponível em: <www.clad.org>.

Serra, A. (2008) *Modelo aberto de gestão para resultados no setor público*. Tradução de Ernesto Montes-Bradley y Estayes. Natal, RN: Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Trosa, S. (2001) *Gestão pública por resultados: Quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap.

Disciplina: Estado e Políticas Públicas Comparadas

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA:

Teorias e modelos analíticos de políticas públicas; Coordenação, autonomia e controle de políticas públicas nos diferentes níveis de governo; Características das diversas políticas públicas sociais e econômicas; Implementação em diferentes contextos institucionais, sociais e econômicos; O papel da sociedade civil; análise comparada internacional de diferentes trajetórias de políticas.

BIBLIOGRAFIA

Arretche, M. (2004) *Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia*. São Paulo em Perspectiva, vol.18, n. 2, pp. 17-26.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2007) *A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006*. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID. Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1584309>

Farah, M. F. S. (2001) *Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo*. In Saravia, E., & Ferrarezi, E. (2007) *Políticas Públicas – Coletânea*. Brasília: ENAP. Volume 2.

Ferrera, M. (1994) *La Comparación y el Estado Del Bienestar: ¿Un Caso de Éxito?*. In Giovanni, S., & Leonardo, M. (comps). *La Comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial.

pp. 151-173

- Lobato, L. (1997) *Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas*. In Saravia, E., & Ferrarezi, E. (2007) *Políticas Públicas – Coletânea*. Brasília: ENAP, Volume 1.
- Lowi, T. J. (1972) *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. *Public Administration Review*, Vol. 32, n. 4, pp. 298-310.
- Milani, C. R. S. (2008) *O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias*. *RAP – Revista de Administração Pública*, vol.42, n.3, pp. 551-579. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>
- Palermo, V. (2000) *Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo*. Rio de Janeiro: Dados, v.43, n.3.
- Saravia, E., & Ferrarezi, E. (2007) *Políticas Públicas – Coletânea*. Brasília: ENAP, Volumes 1 e 2.
- Spitzer, R. J. (1987) *Promoting Policy Theory: Revising the Arenas of Power*. *Policy Studies Journal* 15, June, pp 675-689. In Daniel C. McCool (1995). *Public Policy Theories, Models, and Concepts: an anthology*. Prentice Hall, pp 233-244.
- Subirats, J. (1989) *El papel de la Burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas publicas*. In Saravia, E., & Ferrarezi, E. (2007) *Políticas Públicas – Coletânea*. Brasília: ENAP, Volume 2.

Disciplina: Instituições e Regulação

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

A Globalização a Crise do Capitalismo e a Redefinição do padrão de intervenção do Estado no mundo; Os anos 90 e as reformas de mercado na América Latina; A Reforma patrimonial e as privatizações no Brasil; As Agências Reguladoras; Os diversos setores de regulação e suas agências federais e estaduais: energia, telefonia, recursos hídricos, saúde e os contratos de gestão hospitalares.

BIBLIOGRAFIA

- Evans, P. (1997) *The eclipse of the State? Reflections on stateness in an era of globalization*. *World politics*, vol. 50, Issue 1, pp. 62-87. Draft version available at

<http://sociology.berkeley.edu/faculty/evans/index.html>

- Mattos, C.C.A., & Mueller, B. (2006) *Regulando o Regulador: A Proposta do Governo e a ANATEL*. Revista de Economia Contemporânea, vol. 10, n.3, pp. 517-546. (6)
- Melo, M. (2000) *Política regulatória: uma revisão da literatura*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 50, pp. 7-44.
- Melo, M. (2001) *A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 116, n. 46, pp. 55-68.
- Mueller, B., & Pereira, C. (2002) *Credibility and the Design of Regulatory Agencies in Brazil*. Brazilian: Journal of Political Economy, vol. 22, Issue 3, pp. 65-88.
- Pacheco, R. (2006) *Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle RAP*. Rio de Janeiro, vol. 40, Issue 4, pp. 523-43.
- Pires, J. C., & Golsdstein, A. (2001) *Agências Reguladoras Brasileiras: avaliação e desafios*. Revista do BNDES, vol. 8, Issue 16, pp. 3-42.

Disciplina: Orçamento e Finanças Públicas

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA: O Papel do Estado em Economia Capitalista. Orçamento Público. Orçamento na Constituição Federal. Gasto Público. Receita Pública. Déficit Público. Dívida Pública. Medição do Resultado do Setor Público. Federalismo Fiscal. Previdência Social.

REFERÊNCIAS:

- BIDERMAN, Ciro e ARVATE, Paulo (org.). **Economia do Setor Público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Finanças Públicas**. 4ª edição, Brasília: Editora Vestcon, 2000.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- HYMAN, David N. **Public Finance: a contemporary application of theory to policy**. 6ª ed. Orlando: The Dryden Press, 1999.
- JUND, Sérgio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e Política das Finanças no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (Org.). **Contribuintes e Cidadãos: compreendendo o Orçamento Federal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____. **O Orçamento Público e a Transição do Poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SICSÚ, João (org.). **Arrecadação - de onde vem? e Gastos Públicos – para onde vão?** São Paulo: Boitempo, 2007.
- STIGLITZ, Joseph. **Economics of the public sector**. 3ª ed. New York: W.W. Norton, 2000.

Disciplina: Políticas Sociais no Brasil

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Marcos Constitucionais; O conceito de cidadania social na CF/88; o papel dos municípios na CF/88; definição de competências nas décadas de 1990 e 2000: normatização federal e execução municipal; as políticas de saúde e educação e sua coordenação federativa; A municipalização da educação fundamental; o SUS e a atenção básica à saúde pelos municípios; política de assistência social.

BIBLIOGRAFIA

- Arretche, M. (1999). *Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 40.
- Arretche, M. (2002). *Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma dos Programas Sociais*. Dados, vol. 45, Issue 3, pp. 431-457.
- Carvalho, J. M. (2008). *Introdução + capítulo I de Cidadania no Brasil (1822-1930) + Capítulo II: A marcha acelerada, 1930-1964*. In: Cidadania no Brasil. RJ: Civilização Brasileira.
- Castro, J. A. (2001). *Financiamento da Educação no Brasil*. Brasília: INEP, Em Aberto, vol. 18, n. 74, pp. 11-32.
- Diniz, S. (2007) *Crítérios de justiça e programas de renda mínima*. Florianópolis: Revista katalysis, vol. 10, n. 1, pp. 105-114.
- Draibe, S. M. (1997) *Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais*. São Paulo em Perspectiva, vol. 11, n. 4, pp. 3-15.
- Gomes, S. (2009) *Políticas Nacionais e Implementação Subnacional: uma revisão da descentralização pós-Fundef*. Rio de Janeiro: Dados (Impresso), v. 52, pp. 659-690.
- Hochman, G. (2006) *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. Hucitec/Anpocs.
- Lavinas, L. (1999) *Renda Mínima: práticas e viabilidade*. Novos Estudos CEBRAP, n. 53, pp. 65-84.
- Medeiros, M. (2001) *A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990*. Brasília: Texto para Discussão IPEA nº 852.
- Menicucci, T. M. G. (2007) *Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória*. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 1.
- Noronha, J. C. (2005) *Os Rumos do Estado Brasileiro e o SUS: a Seguridade Social como Política Pública da Sociedade e Estado*. Saúde e Sociedade, v.14, n.2, pp.31-38.
- Oliveira, V. E. (2008) *A descentralização inconclusa: a Constituição de 1988 e as Fases do Processo de Descentralização da Saúde no Brasil*. In Diniz, S., & Praça, S. (orgs.) *Vinte Anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, pp. 179-200.
- Souza, C. (2004) *Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização*. São Paulo em Perspectiva, vol. 18, Issue 2, pp. 27-41.
- Sposati, A. (1995) *Sistema de Assistência Social: os espaços público e privado*. Fundação Adenauer: O Desafio da Questão Social. Caderno Debates, n. 5.
- Vazquez, D. (2005) *Desequilíbrios regionais no financiamento da Educação: a política nacional de equidade do FUNDEF*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, n. 24, pp. 9-27.

Disciplina: Responsabilização, Transparência e Controle Social

Carga Horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Administração pública voltada para o cidadão; Responsabilização na administração pública; Responsabilização por competição administrada; Responsabilização pelo controle social; Responsabilização pelo controle de resultados; Transparência na gestão pública; Transparência e interface com o cidadão; Mecanismos de Participação cidadã; Cidadania e políticas públicas; Formas de controle; Controle social e burocracia; Limites e possibilidades do controle social.

BIBLIOGRAFIA

- Abrucio, F. L. (1998) *Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente*. In Bresser-Pereira, L. C., & Spink, P. (Orgs.) *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (2006) *Responsabilização pela Competição Administrada*. In Bresser-Pereira, L. C., & Cuniil Grau, N. (Orgs.). *Responsabilização na administração pública*. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Clad/Fundap.
- _____; Loureiro, M. Rita. (2004) *Finanças públicas, democracia e accountability*. In Biderman, C., & Arvate, P. (Orgs.). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Alberto, S. (2008) *Modelo aberto de gestão para resultados no setor público*. Tradução de Ernesto Montes-Bradley y Estayes. Natal, RN:SEARH/RN.
- Araújo, M. A. D. (2010) *Responsabilização na reforma do sistema de saúde: Catalunha e Brasil*. Rio de Janeiro:FGV.
- Ariznabarreta, K. E. (2003) *Responsabilización y responsabilidad gerencial: instituciones antes que instrumentos*. In Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 8. *Anales...* Panamá, 28-31 oct. 2003.
- Behn, R. D. (1998) *O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática*. *Revista do Serviço Público*, ano 49, n. 4.
- Bresser-Pereira, L. C. (1998) *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34; Brasília: Enap.
- _____. (1998) *A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. *Lua Nova*, n. 45.

- _____ ; Cunill Grau, N. (1999) *Entre o Estado e o mercado: o público não estatal*. In _____ ; _____ (Orgs.). *O público não estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 15-48.
- _____ ; _____ (Orgs.). (2006) *Responsabilização na Administração Pública*. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Clad/Fundap.
- Caiden, G. E., & Caiden, N. J. (1998) *Enfoques y lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público*. Caracas: Revista del Clad Reforma y Democracia, n. 12. Disponível em: <<http://www.clad.org>>
- Campos, A. M. (1990) *Accountability: quando poderemos traduzi-la?* *RAP*. Rio de Janeiro: FGV, v. 24, n. 2.
- Cunill Grau, N. (2005) *La transparencia en la gestión pública ¿Cómo construirle viabilidad?*. In Mezones, F. (Ed.). (2006) *Transparencia en la gestión pública: ideas y experiencias para su viabilidad*. Guatemala: BID, Indes, Instituto Nacional de Administración Pública de Guatemala.
- Font, J. (Org.) (2007) *Ciudadanos y decisiones públicas*. Barcelona: Editora Ariel.
- Levy, E. (1998) *Control social y control de resultados: un balance de los argumentos y de la experiencia reciente*. In Bresser-Pereira, L. C., & Cunill Grau, N. (Eds.). *Lo público no-estatal em la Reforma del Estado*. Versão para o espanhol de Carlos Sánchez. Caracas: Clad; Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Longo, F. (2003) *La responsabilización por el rendimiento en la gestión pública: problemas y desafíos*. In Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 8. *Anales...* Panamá, 28-31 oct. 2003.
- Martins, H. F. (2000) *Em busca de um regime contratual de gestão: a recente implementação de contratos de gestão na administração pública brasileira*. In Peixoto, J. P. M. (Org.). *Modernização e Reformas do Estado*. Rio de Janeiro: UVA.
- _____. (2005) *Gestão de Recursos Públicos: orientação para resultados e accountability*. Salvador: Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, n. 3. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>> Acesso em: 23 set. 2008.
- _____. (2007) *Cultura de resultados e avaliação institucional: avaliando experiências contratuais na administração pública federal*. Salvador: Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, n. 8. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>> Acesso em: 23 set. 2008.
- Moore, M. H. (1998) *Gestión estratégica y creación de valor en el sector público*. Barcelona: Paidós.
- Oszlak, O. (2003) *¿Responsabilización o responsabilidad?: el sujeto y el objeto de un estado responsable*. In Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 8. *Anales...* Panamá, 28-31 oct. 2003.

- Pacheco, R. S. (2004) *Contratualização de resultados no setor público: a experiência brasileira e o debate internacional*. In Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, 9. *Anales...* Madrid, España, 2-5 nov. 2004.
- Richardson, R. (2001) *Responsabilización política y gerencia del desempeño del sector público: examinado vínculos y lecciones*. Caracas: Revista del Clad Reforma y Democracia, n. 19. Disponível em: <<http://www.clad.org>>
- Serra, A. (2008) *Modelo aberto de gestão para resultados no setor público*. Tradução de Ernesto Montes-Bradley y Estayes. Natal, RN: Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.
- Trosa, S. (2001) *Gestão pública por resultados: Quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap.
- Valle, V. R. L. (2002) *Controle social: promovendo a aproximação entre administração pública e cidadania*. In TCU. *Perspectivas para o controle social e a transparência na administração pública*. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Correa.
- Wolin, S. S. (2008) *Democracia S.A: La democracia dirigida y el fantasma del totalitarismo invertido*.

Disciplina: Federalismo e Políticas Públicas

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Federalismo, políticas públicas e problemas de coordenação vertical e horizontal. Intersetorialidade na formulação e implementação de políticas públicas. Mecanismos institucionais de gestão. Estudos de casos setoriais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Abicalil, C., & Cardoso, O. F. (2010). Federalismo cooperativo e educação brasileira: a experiência de Mato Grosso [com a] proposição de um sistema único de educação. In R. P. Oliveira, R. P.; W. Santana, W (orgs). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO.
- Abrucio, F. L., & Soares, M. M. (2001). *Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*, Pesquisas nº24, Konrad Adenauer Stiftung, Cedec, 2001. Capítulos 5 e 6, pp. 149 a 227.

- Abrucio, F. L. (2005) A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, 24. Curitiba. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a05n24.pdf>
- Abrucio, F. L. (2010). A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In R. P. Oliveira, R. P.; W. Santana, W (orgs). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>
- Arretche, M. T. S. (2004) Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 18(2), p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf>
- Burgess, M. (1993) Federalism and Federation: a reappraisal. In M. Burgess & A. Gagnón (orgs.), *Comparative Federalism and Federation*. London. Harvester/Wheatsheaf.
- Costa, V. M. F. (2010) Federalismo e relações intergovernamentais: implicações para a reforma da educação no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 729-748, jul.-set. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- Costa, V. M. F. (2008) A dinâmica institucional da cooperação intergovernamental em Estados Federados: o caso brasileiro em perspectiva comparada. In: Santos, A. B. M dos; Santos Junior, R. B. dos; Miyamoto, S. (orgs.). *Estado. Desenvolvimento e Políticas Públicas*. Teresina/PI e Unijuí/RS: UFPI:UNIJUÍ, 2008, v. , p. 185-222.
- Cury, C. R. J. (2008). Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. *Educ. Soc.*, 29(105), pp. 1187-1209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>
- Egler, C., & Mattos, M. (2003). *Federalismo e Gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento*. Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE, Florianópolis-SC, 2003 (426-434). Disponível em: http://www.edugeo.ufrj.br/egler/pdf/ANPEGE_1.pdf
- Elazar, D. (1987). *Exploring Federalism*. Tuscaloosa, Alabama: The University of Alabama Press.
- Franzese, C. (2010). *Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas*. Tese de doutorado, Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Garson, S. (2009) Regiões metropolitanas – diversidade e dificuldade fiscal da cooperação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 435-451, jul./dez. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/5942/4295>
- Grossi, A. C. B. (2007) Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 1(1), p. 6-20.

- Disponível em: http://www2.forumseguranca.org.br/sites/default/files/artigo1_Arthur.pdf
- Kugelmas, E.; Sola, L. (1999) Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo Social*, 11(2), 63-91, out. São Paulo: USP. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol11n2/recentralizacao.pdf>
- Losada, P. R. (2009). *O Comitê de Articulação Federativa: instrumento de coordenação e cooperação intergovernamental de políticas públicas no Brasil*. Disponível em: <http://www.forumfed.org/libdocs/2009/ComitedeArticulacaoFederativaBrasil.pdf>
- Melo, M. A. (1996) Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização?. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.10, n. 3, p. 11 – 20, jul-set.
- Morduchowicz, A. & Arango, A. (2010). Desenho institucional e articulação do federalismo educativo: experiências internacionais. In R. P. Oliveira, R. P.; W. Santana, W (orgs). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO.
- Peterson, P. (1995). *The price of federalism*. Washington DC: the Brookings Institution.
- Pierson, P. (1995). Fragmented Welfare States: federal institutions and development of social policy. In *Governance*, v.8, n.4, out.
- Soares, L. E. (2007). A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, 21(61), 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a06v2161.pdf>
- Souza, C. (1997) Federalismo, descentralização e reforma constitucional em contextos de desenvolvimento regional desigual. *Organizações & Sociedade*, 4(9). Disponível em: <http://www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?id=988&article=840&mode=pdf&OJSSID=ab386cf5f17c48eeb196450c85f02ec3>
- Souza, C. (2004) Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 18(2).
- Sumiya, L. A. e Franzese, C. (2007) Relações intergovernamentais: o Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo. In: Vieitez, C. G.; Barone, R. E. M. (Orgs.). *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate*. São Paulo: Junqueira & Marin Editores.
- Vieira, S. L. (201). Educação básica no Ceará: construindo um pacto colaborativo. In R. P. Oliveira, R. P.; W. Santana, W (orgs). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO.
- Wright, D. (2007) Federalism, Intergovernmental Relations, and Intergovernmental Management: the origins, Emergence and Maturity of Three Concepts across Two Centuries of Organizing Power by Area and by Function. In RABIM, Jack; HILDRETH, Bartley W; MILLER, Gerald

(orgs.) *Handbook of Public Administration*. pp. 407-467. 3. ed. CRC – Taylor & Francis Group, New York, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Wright, D. (1988) *Understanding intergovernmental relations*. Wadsworth, Belmont: Houghton Mifflin Harcourt P.
- Abrucio, F. L. (1998). Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec.
- Arretche, M. T. S. (1996). Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31, 44-67.
- Arretche, M. T. S. (2000) *Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan.
- Costa, V. M. F. (2003). Relatório síntese do seminário internacional “mecanismos de articulação e gestão intergovernamental: experiência internacional e desafios para o Brasil”. Fórum of Federations. Disponível em: <http://www.forumfed.org/libdocs/BrazilIGR03/106-MIGR0309-Valeriano-Costa-p.pdf>
- Cunha, R. E.; Pinto, B. H. B. C. (2008). O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental na sua implementação. In: *XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Buenos Aires, Argentina, 4-7 nov. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/hotsites/seges/clad/documentos/cunha.pdf>>. Acesso em: 9 de jun. 2009.
- Cunill Grau, N. (2005). La intersectorialidad en el gobierno y gestión de la política social. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct.
- Eggers, W. & Goldsmith, S. (2003). *Networked Government*. Government Executive. Junho 2003. pp. 28-33.
- Fleury, S. (2002). *El desafío de la gestión de las redes de políticas*. Revista Instituciones y Desarrollo Nº 12-13 (2002), pp. Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya, España. pp.223-249.
- Fleury, S. & Ouverney, A. M. (2007). *Gestão de Redes e a estratégia de regionalização da política de saúde*, FGV Editora, pp. 111 – 187.
- Hesse-Biber, Sharlene Nagy; & Leavy, Patricia (2008). *Handbook of Emergent Methods*. New York, London: The Guilford Press.
- Lawson, C., *Intergovernmental Challenges of the 1984 Olympic Games*, Publius, Vol. 15, No. 3, The

- State of American Federalism, 1984 (Summer, 1985), pp.127-141
- Lechner, N. (1997). Tres formas de coordinación social. Revista de la Cepal, 61. Santiago, Abril.
- Lloyd, B. C. (2006), *Canada's National Parks Policy: From Bureaucrats To Collaborative Managers*, paper apresentado no Congresso da Canadian Political Science Association, 2006.
- Machado, J. A. Pacto de Gestão na Saúde: Até onde esperar uma “regionalização solidária e cooperativa”? RBCS Vol. 24 n o 71 outubro/2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n71/v24n71a08.pdf>
- Machado, J. (2007) A. *Políticas públicas descentralizadas e problemas de coordenação: o caso do Sistema Único de Saúde*. Tese de Doutorado em Ciências Políticas. (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7GYV99/1/tese_final.pdf
- Sano, H. (2008) *Articulação horizontal no federalismo brasileiro: os Conselhos de Secretários Estaduais*. Tese de doutorado, Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Santos, J. J. B. dos. A coordenação entre as políticas fiscal e ambiental no Brasil: a perspectiva dos governos estaduais. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. Disponível em:
<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd30/lcl2212p.pdf>
- Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Soares, L. E. (2006). Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, 20(56), 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf>
- Souza, C. (2002) Brazil: The Prospects of a Center-Constraining Federation in a Fragmented Polity. In *Publius: The Journal of Federalism*, v.32, n. 2, p. 23-48, Spring.
- Souza, C. (2002) Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. In *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(3), p.431-442
- Souza, C. (1997) *Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization*. Londres/Nova York, Macmillan/St. Martin's Press.
- Souza, C. (1998). Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. *Dados*, 41(3). Acesso 27 abr. 2006 em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-525819980003000003&lng=en&nrm=iso>.
- Souza, C. (1998). Redemocratização, federalismo e gasto social no brasil: tendências recentes. XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Disponível em:

<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/232522/SouzaRedemocratizacao.pdf>

Sumiya, L. A. (2005) *Governo federal em contexto de descentralização: os programas de formação de professores do ensino fundamental (1995-2002)*. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. (Capítulo III. Atuação do MEC de 1995 a 1998)

Waugh JR, W. L. & Streib G. (2006). Collaboration and Leadership for Effective Emergency Management, *Public Administration Review*, December 2006, Special Issue.

Disciplina: Inovações na Gestão Pública

Carga horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Inovação, Inovação no setor público; Difusão da Inovação; Barreiras à Inovação no Setor Público; Governança Eletrônica; Novos Mecanismos de Participação e Controle Social; Empreendedorismo no Setor Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Abrucio, F. L. (1967 – 2007) *Trajatória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas*. *Revista de Administração Pública*, Edição Especial Comemorativa, pp. 67-86. (<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a05v41sp.pdf>)
- Albury, D. (2005) 'Fostering Innovation in Public Services'. *Public Money & Management*, vol. 25, pp. 51–56.
- Alford, J., & Hughes, O. (2008). *Public Value Pragmatism as the Next Phase of Public Management*. *The American Review of Public Administration*, vol. 38, n. 2, pp. 130–148.
- (2009) AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE. *Public Sector Innovation: A Review of the Literature*. ANAO.
- (2009) AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE. *Innovation in the Public Sector: Enabling Better Performance, Driving New Directions*. ANAO.
- Bai, X., Wieczorek, A., Kaneko, S., Lisson, S., & Contreras, A. (2009). *Sustainability Transitions in Developing Asia: Are Alternative Development Pathways Likely?* *Enabling Sustainability Transitions in Asia: The importance of vertical and horizontal linkages, Technological Forecasting and Social Change*, vol. 76, Issue 2, pp. 255–266.

- Behm, A., BENNINGTON, L., Cummane, J. (2000) *A Value-Creating Model for Effective Policy Services*. The Journal of Management Development, vol. 19, n. 3, pp. 162–178.
- Bennington, J., & Moore, M. H. (eds). (2011) *Public Value: Theory and Practice*. Palgrave.
- Bernier, L., & Hafsi, T. (2007) 'The Changing Nature of Public Entrepreneurship'. Public Administration Review, vol. 67, n. 3, pp. 488–503.
- Borins, S. (2008) *Innovation in Government*. Brookings.
- COSU (Cabinet Office Strategy Unit). (2002) *Risk: Improving Government's Capability to Handle Risk and Uncertainty*. London.
- Coutinho, M. J. V. (2000) *Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual*. Revista do Serviço Público, ano 51, n. 3.
(<http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/06/Adm.P%C3%BAblica-voltada-ao-cidad%C3%A3o.pdf>)
- CPSI (Centre for Public Sector Innovation). (2008) *A Pocket Guide to Innovation in the South African Public Sector*.
(<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CPSI/UNPAN033345.pdf>) Last accessed 22 April 2009.
- Currie, G., Humphreys, M., Ucbasaran, D., & Mcmanus, S. (2008) *Entrepreneurial leadership in the English Public Sector: Paradox or Possibility*. Public Administration, vol. 86, Issue 4, pp. 987–1008.
- Cutler, T. (Review of the National Innovation System). (2008) *Venturousaustralia: Building Strength in Innovation*. September (<http://www.innovation.gov.au>)
- Dius (Department for Innovation, Universities & Skills). (2008) *Innovation Nation, March*. Norwich: UK Government.
- Dunleavy, P., Margetts, H., Bastow, S., Tinkler, J. (2008) *Australian e-Government in Comparative Perspective*. Australian Journal of Political Science, vol. 43, n. 1, pp. 13–26.
- Edler, J., & Georghiou, L. (2007) *Public Procurement and Innovation-Resurrecting the Demand Side*. Research Policy, vol. 36. Issue 7, pp. 949–963.
- Eggers, W. D., & Shalabh, K. S. (Deloitte Research). (2009) *The Public Innovator's Playbook: Nurturing bold ideas in government*. Harvard Kennedy School: Ash Institute for Democratic Governance and Innovation.
- Farah, M. F. S. (1999) *Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no BRASIL*. Organizações & Sociedade, v. 6, N. 17.
- Fedozzi, L. (2001) *Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo*. Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, n. 100.

- Flumian, M., Coe, A., Kernaghan, K. (2007) *'Transforming Service to Canadians: the Service Canada Model'*. *International Review of Administrative Sciences*, vol. 73, Issue 4, pp. 557–568.
- Furst, D. (2006) *'The Role of Experimental Regionalism in Rescaling the German State'*. *European Planning Studies*, vol. 14, n. 7, pp. 923–938.
- Hood, C. C., & Rothstein, H. (2000) *Business Risk Management in Government: Pitfalls and Possibilities*. Centre for Analysis of Risk and Regulation Discussion paper. (http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=471221)
- Idea (Improvement and Developmental Agency). (2005) *Innovation in Public Services*. London. Idea Literature Review. (2009) *Innovation in Public Services*. Uploaded on IDEa Knowledge 09/05 (<http://www.idea.gov.uk/idk/aio/1118552>) Last accessed 12 March, 2009.
- Jacobi, P., & Pinho, J. A. (Org.). (2006) *Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares*. FGV.
- Johns, C., O'Reilly, P. L., Inwood, G. (2006). *Intergovernmental Innovation and the Administrative State in Canada*. *Governance*, vol. 19, Issue 4, pp. 627–649.
- Koch, P., & Hauknes, J. (2005) *On Innovation in the Public Sector — Today and Beyond*. PUBLIC Project on Innovation in the Public Sector, Oslo: Nifu Step. Report n. D20
- Mulgan, G. (2007) *'Ready or Not? Taking Innovation in the Public Service Seriously'*. NESTA Making Innovation Flourish.
- Mulgan, G., & Albury, D. (2003) *Innovation in the Public Sector*. London: Cabinet Office Strategy Unit.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). (2004) Policy Brief. Public Sector Modernisation: Changing Organisational Structures.
- Osborne, D., & Gaebler. (1995) *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. 8 ed. Brasília: Editora MH Comunicação.
- Pinho, J. A. G. (2004) *Inovação na gestão municipal no brasil: a voz dos gestores municipais*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol 9, n. 35.
- Pinho, J. A. G., & Santana, M. W. (1998) *Inovação na gestão pública no Brasil: uma aproximação teórico-conceitual*. Foz do Iguaçu: XX EnANPAD. (<http://nutep.ea.ufrgs.br/projetos/AP35.html>)
- Rocha, C. V. (2011) *Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil*. *Revista de Sociologia Política*, v. 19, n. 38, pp. 171-185.
- Sandford, F. B. (editor). (2008) *Innovations in Government: Research, Recognition, and Replication*. Brookings Institution Press.

- Schumpeter, J. A. (1984) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- UK Treasury. (1999) *Invest to Save Budget : The Round One Winning Projects*. Great Britain: Treasury.
- UK Treasury. (2007) *A review of the Invest to Save Budget: An Innovation Fund for Public Services*. London: HM Treasury.
- UK Treasury. (2009) *The Green Book: Appraisal and Evaluation in Central Government*. London: HM Treasury.
- Veggeland, N. (2008) 'Path Dependence and Public Sector Innovation in Regulatory Regimes Scandinavian'. *Political Studies*, vol. 31, Issue 3, pp. 268–290.
- Windrum, P. (2008) 'Innovation and Entrepreneurship in Public Services'. In Windrum, P., & Koch, P. (eds) *Innovation in Public Sector Services*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Windrum, P., & García-Goñi, M. (2008) 'A Neo-Schumpeterian Model of Health Services Innovation'. *Research Policy*, vol. 37, Issue 4, pp. 649–672.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Andrade, J. A., & Klering, L. R. (2006) *Inovação na gestão pública: compreensão do conceito a partir da teoria e da prática*. In Jacobi, P., & Pinho, J. A. (Org.). *Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 77-97.
- AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE. (2009) *Innovation in the Public Sector: Enabling Better Performance, Driving New Directions*. Canberra. Disponível em: (<http://www.anao.gov.au/bpg-innovation/pdf/BPG-Innovation.pdf>)
- Borins, S. (2008) *Innovation in Government*. Washington DC: Brookings.
- Christensen, T., & Lægreid, P. (eds.). (2011) *The Ashgate Research Companion to the New Public Management*. Aldershot: Ashgate.
- Dooren, W. V., & Walle, S. V. (2011) *Performance Information in the Public Sector: How it is Used*. London: Palgrave Macmillan.
- Farah, M. F. S. (2006) *Inovação e governo local no Brasil contemporâneo*. In Jacobi, P., & Pinho, J. A. (Org.). *Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 41-76.
- Hartley, J. (2011) *Public Value through Innovation and Improvement*. In Bennington, J., & Moore, M. H. (eds.) *Public Value: Theory and Practice*. London: Palgrave.
- Heath, C., & Staudenmayer, N. (2000) *Coordination Neglect: How Lay Theories of Organizing Complicate Coordination in Organizations*. In *Research in Organizational Behaviour*, vol. 22, pp. 155–193. New York: Elsevier Science Inc. (<http://faculty-gsb.stanford.edu/heath/documents/rob-coord%20neglect.pdf>)

Hood, C. (1991) *A Public Management for All Seasons?* Public Administration, p. 3-19.

Matthews, M. (2009) *Fostering Creativity and Innovation in Cooperative Federalism — The Uncertainty and Risk Dimensions*. In John, W. (ed) *Critical Reflections on Australian Public Policy*. New Zealand, Australia: School of Government (ANZSOG) monograph.

NÚMERO DE ALUNOS

Serão ofertadas 4 (quatro) vagas para a turma ingressante no primeiro ano de vigência desse Termo de Descentralização Orçamentária, 4 (quatro) vagas para cada turma ingressante no segundo e 4 (quatro) vagas para cada turma ingressante no terceiro ano de vigência do Termo de Descentralização Orçamentária, totalizando 12 vagas.

CRITÉRIOS E SISTEMÁTICA DE SELEÇÃO DOS ALUNOS

O processo de seleção dos alunos para o curso de Mestrado em Gestão Pública será realizado por intermédio de edital específico, consoante ao Termo de Descentralização Orçamentária firmado entre o PPGP/UFRN e o IFRN e compreenderá as seguintes etapas:

- I. Teste Anpad
- II. Prova de Redação
- III. Análise da proposta de Projeto de Intervenção ou de Dissertação
- IV. Análise do Curriculum Vitae
- V. Entrevista

Os critérios de seleção poderão ser alterados conforme deliberação do Colegiado do PPGP e serão comunicados ao IFRN.

DO CORPO DOCENTE

As disciplinas da matriz curricular serão ministradas na sede da instituição promotora, por professores credenciados pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública.

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

As atividades de orientação contarão com o auxílio de tecnologia de comunicação a distância (e-mail) e, sempre que necessário, os orientadores e orientandos deverão agendar encontros na sede do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, conforme o Plano de Trabalho acordado.

RESPONSABILIDADES DA COORDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Formar a equipe de recursos humanos para o curso;

Organizar a seleção;

Providenciar orientador para os alunos selecionados a cada ano previsto no convênio;

RESPONSABILIDADES DA COORDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RECEPTORA

- Manter contato com a Coordenação do Curso da Instituição promotora durante a execução do Termo de Descentralização Orçamentária, viabilizando sua efetivação;
- Efetuar os repasses financeiros ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o fiel cumprimento deste Termo de Descentralização Orçamentária.

RESPONSABILIDADES DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os professores participantes do PPGP deverão:

- Participar da Seleção;
- Participar das reuniões semestrais relativas ao Termo de Descentralização Orçamentária;
- Ministrará 03 créditos da matriz curricular no primeiro ano dos cursos na Instituição Promotora de acordo com o Plano de Trabalho aceito;
- Ministrará as demais atividades acadêmicas de acordo com a matriz curricular do PPGP/UFRN;
- Entregar à Coordenação do Curso da Instituição promotora o Programa das disciplinas com a indicação das leituras previstas ou os textos para fotocópia com pelo menos um mês de antecedência, para que seja encaminhado aos mestrandos;
- Entregar tickets de viagens e recibos de despesas autorizadas à Coordenação do curso da Instituição promotora para os devidos encaminhamentos;
- Indicar as bancas de qualificação e defesa de seus orientandos de acordo com as normas do PPGP, convidando preferencialmente professores doutores da Instituição Receptora;
- Organizar, sempre que possível, na sede da Instituição Proponente e/ou da Instituição Receptora atividades que tenham a participação de professores doutores da Instituição Receptora, convidados para bancas, fortalecendo grupos de pesquisa afins;
- Participar de bancas de defesa como titular interno por ocasião das defesas de Dissertação de Mestrado e/ou Projeto de Intervenção do Termo de Descentralização Orçamentária.

DA FINALIZAÇÃO DO TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A primeira turma de mestres em Gestão Pública do IFRN (não considerando prorrogação) encerra-se em 2019-1, a segunda em 2020-1 e a terceira em 2021-1.

